

**PGM HOLDING S.A. – CNPJ (MF) 19.407.895/0001-01 – RELATÓRIO DA DIRETORIA:** Prezados Senhores: Submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis desta sociedade, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021. Recife (PE), 31 de dezembro de 2021. A DIRETORIA.

**BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO  
EXPRESSO EM REAIS**

	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>ATIVO</b>	<b>12.682.609,99</b>	<b>12.755.550,54</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>10.106.453,38</b>	<b>10.179.393,93</b>
Disponibilidades (Nota 4)	10.088.535,65	10.170.979,13
Tributos a recuperar (Nota 5)	17.917,73	8.414,80
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>2.576.156,61</b>	<b>2.576.156,61</b>
Investimentos (Nota 6)	2.576.156,61	2.576.156,61
<b>PASSIVO</b>	<b>12.682.609,99</b>	<b>12.755.550,54</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>1.511.408,51</b>	<b>1.504.170,07</b>
Obrigações tributárias	977.472,43	977.472,43
Empréstimos pessoa ligada (Nota 7)	157.499,50	150.261,06
Outras contas	376.436,58	376.436,58
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>11.171.201,48</b>	<b>11.251.380,47</b>
Capital (Nota 8)	9.935.000,00	9.935.000,00
Reserva legal	187.061,02	187.061,02
Reservas de retenção de lucros	1.049.140,46	1.129.319,45

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO REFERENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EXPRESSA EM REAIS**

	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
RECEITAS OPERACIONAIS	69.372,00	69.372,00
DESPESAS OPERACIONAIS	(2.890,82)	(21.619,57)
RESULTADO FINANCEIRO	(141.130,57)	420.528,97
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS	(74.649,39)	468.281,40
CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO	(2.073,60)	(39.929,95)
IMPOSTO DE RENDA	(3.456,00)	(66.549,94)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	<b>(80.178,99)</b>	<b>361.801,51</b>
<b>NUMERO DE AÇÕES QUE COMPÕE O CAPITAL</b>	<b>9.935.000</b>	<b>9.935.000</b>
<b>RESULTADO POR LOTE DE MIL AÇÕES</b>	<b>(8,07)</b>	<b>36,42</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO REFERENTE EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE  
DEZEMBRO  
EXPRESSA EM REAIS**

	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>CAPITAL SOCIAL</b>		
Saldo no início do exercício	9.935.000,00	9.935.000,00
Saldo no final do exercício	9.935.000,00	9.935.000,00
<b>RESERVA LEGAL</b>		
Saldo no início do exercício	187.061,02	168.970,94
Constituição de reservas	0,00	18.090,08
Saldo no final do exercício	187.061,02	187.061,02
<b>RESERVAS DE RETENÇÃO DE LUCROS</b>		
Saldo no início do exercício	1.129.319,45	871.535,88
Constituição de reservas	0,00	257.783,57
Compensação de prejuízos	(80.178,99)	0,00
Saldo no final do exercício	1.049.140,46	1.129.319,45
<b>LUCROS ACUMULADOS</b>		
Saldo no início do exercício	0,00	0,00
Resultado do exercício	(80.178,99)	361.801,51
Proposta de destinação do lucro:		
Reserva legal	0,00	(18.090,08)
Distribuição de lucros	0,00	(85.927,86)
Reservas de retenção de lucros	0,00	(257.783,57)
Compensação de prejuízos	80.178,99	0,00
Saldo no final do exercício	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>11.171.201,48</b>	<b>11.251.380,47</b>

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO  
EXPRESSA EM REAIS**

	<b>2.021</b>	<b>2.020</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>(89.681,92)</b>	<b>323.135,90</b>
RESULTADO DO EXERCÍCIO	(80.178,99)	361.801,51
(ACRÉSCIMOS) DECRÉSCIMOS DE ATIVOS	(9.502,93)	23.002,79
ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) DE PASSIVO	0,00	(61.668,40)
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS 0,00</b>	<b>(0,00)</b>	
AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS	0,00	0,00
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS 7.238,44</b>	<b>166.065,71</b>	
INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL	0,00	0,00
LUCROS DISTRIBUIDOS	0,00	85.927,86
EMPRESTIMOS PESSOA LIGADA	7.238,44	80.137,85
<b>ACRÉSCIMOS (DECRÉSCIMOS) NAS DISPONIBILIDADES(82.443,48)</b>	<b>489.201,61</b>	
INÍCIO DO EXERCÍCIO	10.170.979,13	9.681.777,52
FINAL DO EXERCÍCIO	10.088.535,65	10.170.979,13

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2.021 E 2.020 - VALORES EM REAIS**

**Nota 1 – Contexto operacional** – A PGM Holding S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede social localizada na Rua Visconde de Goiana, nº 273, Boa Vista, CEP 50.070-340, Recife, Estado de Pernambuco, e tem por objeto social a compra e venda de imóveis próprios, aluguel de imóveis próprios e participações em outras sociedades, exceto holdings.

**Nota 2 – Base de Preparação – a) Declaração de Conformidade** – As demonstrações financeiras da Empresa foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Empresa em reunião realizada em 24 de fevereiro de 2022. **b) Base de mensuração** – As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação** – As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. **d) Estimativas de julgamento** – A preparação das demonstrações financeiras em conformidade com as normas contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação das políticas contábeis. Desta forma, os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua e tais revisões são reconhecidas nos períodos em que são revisadas. **e) Demonstrações financeiras comparativas** – As demonstrações financeiras para fins comparativos estão sendo apresentadas comparativamente com as demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020.

**Nota 3 - Principais políticas contábeis – 3.1 Instrumentos financeiros** – Os instrumentos financeiros somente serão reconhecidos a partir da data em que a Empresa se torne parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos da transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria de valor justo por meio do resultado, no qual tais custos são diretamente lançados no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) investimentos mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis, (iv) ativos financeiros disponíveis para venda, e (v) passivos financeiros ao custo amortizado. Os principais ativos financeiros reconhecidos são: caixa e equivalentes de caixa. Os principais passivos financeiros reconhecidos são: obrigações tributárias. Os ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio de resultado abrangem caixa e equivalentes de caixa. **Caixa e equivalentes de caixa** – Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias a contar da data do balanço, e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço, e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda, registrados no resultado do período. **Passivos financeiros** – Todos os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Empresa baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas. Os ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e quitar o passivo simultaneamente. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo valor atualizado e, quando aplicável, pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos. **Instrumentos financeiros derivativos** – A Empresa não detém instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. **3.2 Investimentos** – Referem-se a propriedades para investimentos e são registrados ao custo de aquisição. **3.3 Tributação das receitas e dos resultados** – A empresa optou pela tributação do imposto de renda com base no lucro presumido. Assim, a tributação pelo imposto de renda (alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10%) é calculada tendo como base de cálculo o lucro presumido obtido mediante a aplicação do percentual de 8% ou 32%, sobre a receita bruta e, a contribuição social (alíquota de 9%) calculada tendo como base de cálculo o valor apurado a partir da aplicação do percentual de 12% ou 32% sobre a receita bruta, os quais são contabilizados pelo princípio de competência, calculados conforme legislação em vigor. Sobre os ganhos de capital relativos às receitas financeiras, a base de tributação é o total das receitas auferidas. A tributação sobre a receita compreende a contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 0,65% e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) à alíquota de 3,0%, de acordo com a legislação em vigor. No caso das receitas financeiras não incidem o PIS e a COFINS. Os referidos tributos são contabilizados pelo princípio da competência e apresentados como dedução da receita bruta. **3.4 Passivos circulante e não circulante** – Os passivos circulante e não circulante são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até a data das demonstrações financeiras. **3.5 Provisões** – Provisões são reconhecidas quando a Empresa possui uma obrigação legal ou quando é constituída como resultado de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para saldar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Quando a Empresa espera que parte ou toda provisão possa ser reembolsada, por exemplo, no âmbito de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando a expectativa de reembolso é praticamente certa. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. **3.6 Reconhecimento de resultado** – A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da empresa. A receita é apresentada líquida dos tributos e contribuições incidentes diretamente sobre a receita conforme legislação fiscal vigente. O reconhecimento da receita é feito quando o seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para as empresas e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades das empresas e baseia suas estimativas levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

**Nota 4 – Caixa e equivalentes de caixa**

	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Caixa e Bancos	104.592,40	36.619,21
Aplicações de liquidez imediata	9.983.943,25	10.134.359,92
<b>TOTAL</b>	<b>10.088.535,65</b>	<b>10.170.979,13</b>

As aplicações financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos financeiros, classificados ao valor justo por meio do resultado, referem-se substancialmente a aplicações em Certificado de Depósito Bancário e Fundos de Investimentos, podendo ser resgatáveis a qualquer momento.

**Nota 5 - Impostos a recuperar**

Representam os créditos tributários da empresa junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil decorrentes de retenções sobre rendimentos de aplicações financeiras, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Tributos Federais	17.917,73	8.414,80
<b>TOTAL</b>	<b>17.917,73</b>	<b>8.414,80</b>

**Nota 6 – Investimentos**

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Imóvel à Rua Marques do Amorim, nº 400	508.800,00	508.800,00

Imóvel à Rua Visconde de Goiana, nº 269	563.291,72	563.291,72
Imóvel à Rua Visconde de Goiana, nº 273	125.400,00	125.400,00
Imóvel à Rua Visconde de Goiana, nº 263	985.053,81	985.053,81
Imóvel à Rua Visconde de Goiana, nº 255	330.111,21	330.111,21
Benfeitorias – Projeto Legal	63.499,87	63.499,87
<b>TOTAL</b>	<b>2.576.156,61</b>	<b>2.576.156,61</b>

#### Nota 7 – Empréstimos de pessoas ligadas

	<b>2021</b>	<b>2020</b>
Paula Meira de Araújo	157.497,54	150.259,10
Francisco Antonio do Rego Meira de Araujo	1,96	1,96
<b>TOTAL</b>	<b>157.499,50</b>	<b>150.261,06</b>

#### Nota 8 – Capital social

É demonstrado pelos valores históricos e está representado por 9.935.000 (nove milhões, novecentas e trinta e cinco mil) ações ordinárias nominativas do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma.

**Nota 9 – Instrumentos financeiros – Gerenciamento dos riscos financeiros** – A Empresa restringe sua exposição a riscos de crédito associados aos bancos e às aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de referência para os quotistas e com remuneração em títulos de curto prazo. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, não havia concentração de risco de crédito relevante associado a clientes. A Empresa não operou com derivativos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020. O valor contábil dos instrumentos financeiros das contas do balanço equivale, aproximadamente, ao seu valor de mercado e está representado substancialmente por caixa e equivalentes de caixa e partes relacionadas, conforme Notas Explicativas nºs 4 e 7, respectivamente. **Visão geral** – A Empresa possui exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros: Risco de liquidez; e Risco de mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Empresa para cada um dos riscos acima, os objetivos da Empresa, políticas e processos de mensuração e gerenciamento de riscos e gerenciamento do capital da Empresa. **Risco de liquidez** – Risco de liquidez é o risco em que a Empresa irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Empresa na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições **normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Empresa.** **Risco de mercado** – Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de juros têm nos ganhos da Empresa ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **Nota 10 – Provisão para contingências** – As declarações de rendimentos, assim como outros tributos e contribuições sociais, estão sujeitas a revisão e eventual lançamento adicional por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. Entretanto, não existe contra a Empresa nenhuma indicação de contingências relacionadas com o imposto de renda e outros tributos nem relacionadas a demandas judiciais. **Nota 11 - Eventos subsequentes** – Até a data em que foi concedida a autorização para emissão das informações financeiras, a Empresa não incorreu em nenhum tipo de evento subsequente reportável. **Recife (PE), 31 de dezembro de 2.021. Paula Meira de Araujo – Francisco Antonio do Rego Barros Meira de Araujo – Diretores – Nelson Mitimasa Jinzenji – CT - CRC SP 64.957 – T - PE**